FEMINISMO MARXISTA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO

Cybely Ribeiro de Oliveira Varela[1]; Fabrícia Raquel de Oliveira Araújo[2]; **Lívia Maria Pontes Moura[3]**, Karla Raphaella Costa Pereira[4]

[1]Mestranda em Educação - PPGE UECE, cybely.ribeiro@aluno.uece.br

[2]Mestranda em Ensino de Línguas e Artes - POSENSINO, fdeoliveiraquel@gmail.com

[3]Graduanda em Letras Português (UFERSA) – livia.pontesm@gmail.com

[4]Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil, karla.costa@ufersa.edu.br

RESUMO

O presente trabalho analisa a divisão sexual do trabalho no campo educacional a partir das contribuições do feminismo marxista, buscando compreender como as relações de gênero, articuladas à lógica capitalista, produzem e reproduzem desigualdades na educação. Parte-se da compreensão de que a divisão sexual do trabalho estabelece a separação e a hierarquização entre atividades atribuídas a homens e mulheres, destinando a estas últimas funções relacionadas ao cuidado e à reprodução social, historicamente desvalorizadas. No âmbito educacional, essa dinâmica se expressa na feminização da docência, associada à naturalização do trabalho educativo como extensão das funções maternas, o que contribui para a precarização e o baixo reconhecimento da profissão. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de tipo bibliográfico, fundamentada em autoras e autores do feminismo marxista e dos estudos sobre divisão sexual do trabalho. Os resultados apontam que a educação, longe de ser um espaço neutro, participa da reprodução das desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que apresenta potencial para sua problematização e superação. Conclui-se que as contribuições do feminismo marxista são fundamentais para a construção de uma análise crítica da educação, possibilitando desnaturalizar as desigualdades e promover práticas pedagógicas comprometidas com a equidade social.

Palavras-Chave: Divisão sexual do trabalho. Feminização do magistério. Educação. Feminismo. Marxismo.

1 INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades de gênero no mundo do trabalho revela que, apesar dos avanços sociais e legais, homens e mulheres ainda ocupam posições distintas e hierarquizadas na sociedade. De modo geral, atividades associadas à produção econômica e ao trabalho remunerado seguem sendo mais valorizadas e vinculadas ao

masculino, enquanto tarefas relacionadas ao cuidado, à reprodução da vida e ao trabalho doméstico permanecem majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, sendo frequentemente invisibilizadas e desvalorizadas (Federici, 2019).

Nessa perspectiva, Marx e Engels (2007) argumentam que a primeira divisão do trabalho ocorreu entre homem e mulher, relacionada à procriação. Essa divisão inicial delimitou funções, além de estabelecer as bases para a hierarquização de papéis e a desigualdade de gênero, que se perpetuam até os dias atuais, influenciando diversos campos, incluindo a formação docente. Logo, essa configuração evidencia a permanência da divisão sexual do trabalho como um elemento estruturante das sociedades capitalistas.

No campo educacional, essas desigualdades assumem contornos específicos, especialmente por meio da feminização da docência, processo que associou historicamente o trabalho educativo às funções maternas e ao cuidado (Almeida, 1988). Tal associação contribuiu para a naturalização da presença feminina na educação básica, ao mesmo tempo em que sustentou condições de trabalho marcadas pela desvalorização profissional, baixos salários e sobrecarga. Nesse sentido, a educação não pode ser compreendida como um espaço neutro, mas como um campo atravessado por relações de gênero, classe e trabalho.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo elaborar sobre as contribuições do feminismo marxista para a compreensão da divisão sexual do trabalho no campo educacional, levando em consideração o quanto as determinações históricas e materiais organizaram e organizam a vida das mulheres na sociedade capitalista.

Desse modo, nosso trabalho parte metodologicamente de um aporte teórico-bibliográfico fundamentado a partir de autoras que compreendem a sociedade sob a perspectiva marxista, como Davis (2016), Federici (2019) e Hirata (2002), não apenas com o intuito de aprofundar somente o debate em torno da Academia, mas também em oferecer subsídios para se pensar em um sistema educacional que esteja comprometido com o enfrentamento das desigualdades de gênero na docência.

Além disso, é importante considerar que a divisão sexual do trabalho no campo educacional não se manifesta apenas na concentração de mulheres na docência, mas também na forma desigual como se distribuem prestígio, poder e reconhecimento da própria carreira. Enquanto as etapas iniciais da educação básica, historicamente associadas ao cuidado, permanecem majoritariamente ocupadas por mulheres e desvalorizadas. De acordo com o INEP (2022), o corpo docente, na educação básica é composto por 2,3 milhões de profissionais, sendo 1,8 milhões, ou seja, 79,2% mulheres,

já os espaços de maior *status* social, como a gestão educacional e o ensino superior, tendem a apresentar maior presença masculina, consultando o Censo da Educação Superior (2020), nos mostra que os homens são a maioria, somando a 35,2% os que conseguem a conquistar o nível de profissionalização com mestrado e 48,9% com doutorado.

Essa hierarquização, principalmente na possibilidade de continuar se especializando, evidencia que a feminização da docência e a própria invisibilização do trabalho pedagógico feito por mulheres pode operar como mecanismo de manutenção das desigualdades, ao concentrar mulheres em funções menos reconhecidas social e economicamente. Desse modo, torna-se necessário refletir sobre como essas determinações impactam a própria formação docente, uma vez que os cursos de licenciatura, em muitos casos, reproduzem concepções naturalizadas sobre o papel das mulheres na educação.

2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CAPITALISMO

A divisão sexual do trabalho constitui um elemento central para compreender as relações sociais de gênero nas sociedades capitalistas. De modo geral, esse conceito refere-se à distribuição desigual das atividades produtivas e reprodutivas entre homens e mulheres. Enquanto os homens são historicamente associados ao trabalho produtivo, remunerado e socialmente valorizado, às mulheres são atribuídas tarefas relacionadas ao cuidado, ao trabalho doméstico e à reprodução da vida social.

> As consequências dessa evolução da atividade feminina são múltiplas, mas pode-se dizer que uma das mais importantes consiste no fato de que este modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível pode constituir um modelo que prefigura um regime por vir de assalariamento masculino e feminino. Dito de outra maneira, as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então (Hirata, 2001, p. 144).

No âmbito das análises do Feminismo Marxista, a divisão sexual do trabalho é compreendida como parte constitutiva da dinâmica capitalista. Nessa perspectiva, o sistema depende não apenas do trabalho assalariado realizado no mercado, mas também de atividades relacionadas à reprodução da força de trabalho, como o cuidado, a educação das crianças e a manutenção da vida cotidiana, historicamente atribuídas às mulheres (Federici, 2019). Ao garantir a reprodução diária da força de trabalho, essas atividades possibilitam a continuidade da produção econômica sem que seus custos sejam

plenamente assumidos pelo capital.

Além da separação entre atividades masculinas e femininas, a divisão sexual do trabalho também implica uma hierarquização dessas funções. De acordo com Kergoat (2009), esse processo organiza-se a partir de dois princípios: o da separação, que define tarefas distintas para homens e mulheres, e o da hierarquia, que tende a atribuir maior valor social e econômico às atividades associadas ao masculino. Como resultado, profissões relacionadas ao cuidado e à educação – historicamente feminilizadas – tendem a apresentar menor reconhecimento social e condições de trabalho mais precarizadas.

Nesse sentido, como destaca Davis (2016), a análise das relações entre gênero, classe e trabalho é fundamental para compreender como o capitalismo produz e reproduz desigualdades sociais. Assim, a divisão sexual do trabalho deve ser entendida como um fenômeno histórico e estrutural, profundamente articulado às formas de organização econômica e social do capitalismo.

Ademais, a divisão sexual do trabalho está diretamente relacionada à separação entre produção e reprodução social, elemento central para a compreensão das desigualdades de gênero no capitalismo. Conforme argumenta Fraser (2016), o capitalismo institui uma divisão estrutural entre a esfera da produção econômica e a da reprodução social, relegando esta última – que envolve o cuidado, a educação e a manutenção da vida – a um lugar secundário e invisibilizado. Tal dinâmica contribui para a desvalorização das atividades historicamente atribuídas às mulheres, ao mesmo tempo em que garante a sustentação do próprio sistema.

Nessa mesma direção, Vogel (2013) destaca que a reprodução da força de trabalho é condição indispensável para a continuidade do capitalismo, sendo realizada majoritariamente por meio do trabalho feminino, tanto no espaço doméstico quanto em profissões associadas ao cuidado. Essa perspectiva evidencia que a exploração das mulheres não ocorre apenas no âmbito do trabalho assalariado, mas também por meio da apropriação de seu trabalho reprodutivo, frequentemente não remunerado ou precarizado.

Além disso, a naturalização da divisão sexual do trabalho contribui para a internalização de papéis de gênero que reforçam a responsabilização das mulheres pelo cuidado e pela manutenção da vida cotidiana. Conforme aponta Saffioti (2013), essa construção social está articulada às relações de poder que sustentam o patriarcado e o capitalismo, produzindo formas específicas de exploração e opressão. Desse modo, a divisão sexual do trabalho não apenas organiza a distribuição das atividades sociais, mas também atua na reprodução de desigualdades estruturais que atravessam gênero, classe e

trabalho.

3 FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

A formação docente, historicamente marcada pela feminização da profissão, carrega traços de uma organização social que distribui papéis de forma desigual entre homens e mulheres, tanto no âmbito da educação quanto no mundo do trabalho. No Brasil, de acordo com Rosemberg (2023), a educação de mulheres é um movimento recente e intenso.

Entre os séculos XIX e XX, a entrada de mulheres na docência passou a ser considerada um processo crescente no âmbito profissional, essa crescente não se deu de forma linear, tampouco de forma honesta. Foi em um contexto de muita luta e movimentação social, que as mulheres passaram a ocupar, em sua maioria, os espaços da docência, principalmente no que se refere ao ensino primário, pois a "feminização do magistério primário foi um fenômeno que aconteceu rapidamente e, em pouco tempo, eram elas a grande maioria nesse nível de ensino" (Almeida, 1998, p. 62).

Nesse contexto, a inserção das mulheres esteve diretamente ligada ao "prolongamento das funções maternas" (Almeida, 1998, p.62) que associavam a sua prática pedagógica às características socialmente construídas, como: cuidar, educar e, sobretudo, reproduzir a vida.

Porém, é necessário entender, como se organizavam historicamente as relações sociais e educacionais que permeavam a vida das meninas/mulheres, dinâmicas de vida restritas ao acesso ao conhecimento e imposições de papéis definidos de maneira rígida. O que nos faz relembrar que "a análise da divisão sexual do trabalho permite perceber nuanças da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade" (Cisne, 2015, p. 121).

Antes mesmo da entrada das mulheres no magistério, a própria educação formal para elas, limitava-se por interesses que reforçava sua subordinação, enxergando no espaço doméstico seu único lugar de ascensão, ignorando sua formação intelectual e sua autonomia social.

É neste momento que,

> Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a mentalidade vigente, herdeira legítima do colonialismo, dava pouco valor à instrução feminina, concentrando sua atenção nas normas sociais que impediam as mulheres de ocupar espaços sociais e até mesmo saírem desacompanhadas. Essa imagética estendeu-se ao longo do império e mesmo durante o ano republicanos. Por conta dessas

> normas, os pais preferiam educar suas filhas em sua própria casa, com professoras particulares ou clérigos. Essa educação concentrava-se nas aulas de ensino elementar com um pouco de aritmética, dando-se preferência para as prendas domésticas, que visavam preparar as meninas para o casamento, que acostumava a acontecer muito cedo (Soares, 2014, p. 59).

A citação acima, torna indispensável analisar os desdobramentos dessas transformações, que continuam moldando a dinâmica do trabalho e a valorização das atividades desempenhadas por mulheres, especialmente na área da educação.

Contudo, o trabalho docente feminino, passou a ser não apenas aceito, mas fortalecido, já que "ser professora, na opinião de grande parte da sociedade, era ter a profissão ideal da mulher" (Almeida, 1998, p. 62), pois as mulheres foram socialmente construídas e entendidas como "delicadas e indulgentes com as crianças, além de doce, carinhosa, sentimental e paciente" (Araújo, 1993a, p. 79 *apud* Almeida, 1988, p. 62).

Logo, é nesse aparato histórico que as mulheres se inserem no contexto da educação, visto que

> A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu num momento em que o campo educacional se expandia em termos quantitativos. A mão de obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores a educarem meninas e a recusa à coeducação dos sexos liderada pelo catolicismo conservador. Com a possibilidade das mulheres poderem ensinar produziu-se uma grande demanda pela profissão da professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocaram às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas, por entender-se que cuidar de crianças e educar essa missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência (Almeida, 1998, p. 64).

É nesse momento, que conseguimos destacar a pseudoideia entre docência e vocação, justificativa utilizada para normalizar que o trabalho educativo de mulheres apenas seria uma extensão do lar, argumento que historicamente sustentaram baixos salários, sobrecarga de trabalho e reconhecimento inferior da profissão. Logo, ao fazermos isso, deslocamos o ensino e o trabalho para o campo da missão ou/e do dom, esvaziando-se o caráter profissional, político e social das mulheres na educação e contribuindo para precariedade e desvalorização das mulheres em suas carreiras, embora vocação e dom sejam, na verdade, construções sociais e históricas, não dados da natureza.

Em contrapartida a essa situação, "os homens que procuravam a escola, uma vez ingressos no magistério, aspiravam a cargos de chefia e direção, diferentemente das mulheres, que permaneciam nas salas de aula" (Soares, 2014, p. 72), logo "mantinham-

se as mulheres na penumbra doméstica e domesticadora, confinadas num espaço restrito que lhes tolhia a liberdade e a expansão de sua inteligência e de seu talento" (Soares, 2014, p. 73).

À vista disso, "a educação feminina passou a ser importante, devidamente atrelada, em todos os níveis, à destinação natural das mulheres para lecionar em relação com o universo doméstico" (Soares, 2014, p. 69). Tal afirmação nos mostra que é uma visão sexista em detrimento das contribuições significativas que as mulheres têm oferecido em todos os níveis da educação.

Tal configuração aponta como as relações de gênero, estruturadas pela ótica capitalista vigente, produzem e reproduzem desigualdades no campo educacional. Dessa forma, torna-se urgente escrever sobre o magistério como um espaço que é tensionado pela política e que verbaliza a necessidade histórica das condições dignas de trabalho, sobretudo das mulheres educadoras que lutam pelo reconhecimento social e defesa da educação pública para seus filhos e filhas.

4 CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO MARXISTA PARA A EDUCAÇÃO

Ao longo da história da construção social da humanidade, as mulheres sofreram inúmeros tipos de opressão e de violência, manifestados tanto na exclusão dos espaços de poder quanto na negação de sua participação como sujeitos da produção histórica, cultural e intelectual. Essa condição não se configura como um dado natural, mas como resultado de processos históricos que instituíram e consolidaram relações desiguais de gênero, articuladas às estruturas econômicas e sociais, como aponta Lerner (2019), em seu livro *A criação do patriarcado.*

Para a autora, a subordinação das mulheres está enraizada na apropriação de sua sexualidade e de sua capacidade reprodutiva, constituindo um dos primeiros modelos de propriedade privada e de organização hierárquica que, posteriormente, sustentariam as bases das sociedades de classe. Esse processo histórico não apenas instituiu formas concretas de dominação, mas também produziu um apagamento simbólico das mulheres, ao longo do tempo, o que se expressa, de maneira contundente, na exclusão feminina dos registros históricos. Como ressalta a autora: "A questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido" (Lerner, 2019, p. 29).

Dessa forma, ainda que as mulheres tenham desempenhado papel central na produção e na reprodução da vida social, foram historicamente relegadas ao silêncio e ao esquecimento, sobretudo a partir da apropriação de seus corpos e de sua sexualidade. Nesse contexto, a autora evidencia que a subordinação feminina foi sendo historicamente construída e naturalizada, implicando inclusive formas de adaptação e participação das próprias mulheres nesse sistema, ainda que sob condições de coerção e limitação. Em diálogo com essa perspectiva, a professora e ativista feminista Lola Aronovich afirma que o sistema patriarcal […] só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história […] (Aronovich, 2019, p. 21).

Embora, neste trabalho, o conceito de sistema patriarcal não seja apropriado, pois compreendemos que este foi subsumido à lógica da sociedade capitalista, corroboramos com a autora em relação aos processos que levam a uma cooperação acrítica das mulheres com sua própria opressão. processo útil ao sistema capitalista que ainda precisa que o núcleo familiar assuma os custos da reprodução da vida dos trabalhadores, trabalho exercido em sua maioria por mulheres, como afirmado anteriormente.

Dessa forma, ao inserir essa discussão no campo educacional, torna-se evidente que a escola desempenha um papel central tanto na reprodução quanto na possível superação dessas desigualdades. A partir das contribuições do feminismo marxista, é possível compreender que a exclusão histórica das mulheres do conhecimento não é acidental, mas parte de uma estrutura social que articula exploração econômica e dominação de gênero.

Ao articular a crítica à exploração capitalista com a opressão patriarcal, o feminismo marxista permite desvelar os mecanismos pelos quais a escola participa da reprodução das desigualdades sociais e de gênero. Nesse sentido, Silvia Federici (2025) destaca que a consolidação do capitalismo implicou a reconfiguração das relações sociais de gênero, especialmente por meio da separação entre produção e reprodução. Em *Caça as bruxas e capital* (2025), a autora demonstra que o trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente por mulheres, foi naturalizado e desvalorizado, tornando-se invisível no interior da economia política.

Tal processo tem implicações diretas para a educação, uma vez que contribui para a construção de currículos e práticas pedagógicas que ignoram ou secundarizam o papel das mulheres na produção da vida social, dessa forma, “a desvalorização do trabalho reprodutivo das mulheres foi uma condição necessária para a acumulação capitalista”

(Federici, 2025, p. 22). A partir dessa leitura, é possível compreender que a escola, ao não problematizar essa divisão, contribui para sua manutenção, reforçando estereótipos de gênero e naturalizando a desigualdade.

Diante disso, as contribuições de autoras feministas e marxistas, para a educação se tornam fundamentais, na medida em que possibilitam uma compreensão crítica do papel da educação na sociedade capitalista. Em primeiro lugar, essa perspectiva contribui para desnaturalizar as desigualdades de gênero, como demonstrado por Gerda Lerner e Silvia Federici. Tal compreensão é essencial para a construção de práticas pedagógicas que rompam com discursos que reforçam a inferiorização feminina.

Além disso, o feminismo marxista contribui para a problematização dos currículos escolares, ao evidenciar o apagamento histórico das mulheres e a centralidade do androcentrismo na produção do conhecimento. Nesse sentido, torna-se possível defender a necessidade de uma educação que incorpore as experiências, lutas e produções das mulheres, não de forma pontual, mas como parte constitutiva do conhecimento socialmente produzido.

Tal discussão tem ganhado mais notoriedade atualmente, já que propostas legislativas recentes, propõe enfrentar a misoginia no espaço escolar (Agência Senado, 2026) com projetos que estabelecerão protocolos de atendimentos para casos de descriminações nas instituições de ensino. Podemos observar que tal iniciativa, também corrobora com ações pedagógicas, como por exemplo: formação continuada de professores, criação e propagação de materiais didáticos, além de fortalecer o debate público e acolher as mulheres pertencentes as instituições escolares.

O que nos mostra que, mais do que responder as situações cotidianas de violência, a escola se coloca diretamente como agente preventivo e combativo, formando sujeitos capazes de reconhecer e questionar desigualdades socialmente impostas que fazem parte de uma estrutura maior que sustenta e naturaliza a opressão das mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste trabalho evidencia que a divisão sexual do trabalho não é apenas uma característica das sociedades capitalistas, mas um de seus pilares estruturantes, sustentando e legitimando desigualdades de gênero que se reproduzem em diferentes esferas sociais, inclusive na educação. No campo educacional, esse processo se materializa de forma contundente na feminização da docência, historicamente

associada à naturalização do cuidado como atributo feminino, o que contribui para a desvalorização simbólica e material do trabalho das mulheres.

À luz do feminismo marxista, torna-se incontornável reconhecer que tais desigualdades são produzidas e mantidas por uma lógica que articula exploração econômica e opressão de gênero, garantindo a reprodução da força de trabalho sem o devido reconhecimento das atividades que a sustentam. Nesse sentido, a escola não apenas reflete essas relações, mas também participa ativamente de sua reprodução, ao reforçar estereótipos, silenciar trajetórias femininas e naturalizar hierarquias.

Contudo, é justamente nesse caráter contraditório que reside o potencial transformador da educação. Ao incorporar uma perspectiva crítica, comprometida com a desnaturalização das desigualdades, a escola pode se constituir como espaço de resistência, problematização e construção de novas formas de pensar as relações sociais de gênero e de trabalho.

Assim, mais do que compreender a divisão sexual do trabalho, é urgente enfrentá-la, reconhecendo que a valorização do trabalho docente, em especial, do trabalho realizado por mulheres, não se limita a uma questão profissional, mas se insere em uma disputa mais ampla por justiça social. Enquanto o trabalho que sustenta a vida continuar sendo invisibilizado, não haverá igualdade e sem igualdade, não há educação verdadeiramente emancipadora.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Dados revelam perfil dos professores brasileiros**. Brasília, DF: INEP, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/dados-revelam-perfil-dos-professores-brasileiros. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **CDH analisa protocolo em escolas para casos de misoginia e racismo**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/03/19/cdh-aprova-protocolo-em-

escolas-para-casos-de-misoginia-e-racismo. Acesso em: 29 mar. 2026.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Caças às bruxas e capital: mulheres, acumulação e reprodução**. São Paulo: Elefante, 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **New Left Review**, n. 100, p. 99-117, 2016.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; Pedro, Maria Joana. Nova história das mulheres no Brasil. *In*: Rosemberg, Flávia. **Mulheres educadas e a educação de mulheres.** São Paulo: Contexto, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOARES, Jane de Almeida. **Mulheres na educação: missão, vocação e destino?** 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013.